



MARIALVA

Semana Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate ao Bullying é instituída no calendário oficial

2 de abril de 2019

Data	Fonte	Crédito da Imagem
2 de abril de 2019	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

A Câmara Municipal de Marialva aprovou na sessão ordinária desta segunda-feira (1) o Projeto de Lei Ordinária nº 3/2019, que institui no calendário oficial a “Semana Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate ao Bullying nas Escolas”. A iniciativa, de autoria do vereador Carlos Eduardo (PSC) estabelece que as escolas da rede pública e privada realizem ações e projetos para debater o assunto na semana que compreende o dia 7 de abril, “Dia Nacional de Combate ao Bullying na Escola”.

Com base na lei federal nº 13.185/2015, o vereador explicou que o bullying se caracteriza como uma violência física ou psicológica persistente e voluntária. “O bullying não traz apenas consequências para o agredido, mas também ao agressor. Essas crianças e adolescentes que praticam o bullying se tornam adultos frustrados, depressivos, antissociáveis e agressivos. Para o agredido, as consequências são ainda piores. Diversos casos de suicídio de jovens são reflexos do bullying”.

O vereador mencionou a recente tragédia na escola em Suzano e falou sobre a importância de as instituições de ensino atuarem de forma a orientar a comunidade escolar - em especial, pais e professores - a identificar os casos de bullying e desenvolver medidas de conscientização, prevenção e combate.

Favorável à proposta, o vereador Luciano Grudi (PSC) apresentou dados levantados pelo Unicef que apontam o Brasil como o quarto país com maior prática de bullying no mundo. A pesquisa mostra que 43% dos estudantes, de 11 a 12 anos, disseram ter sofrido bullying. “Acredito que para alterarmos esse quadro, a mudança não deve acontecer somente nas escolas, mas também nas famílias. A escola ensina, mas cabe aos pais educarem”, disse.

O vereador Wesley Arújo (PR) citou práticas veladas de bullying, apelidos, pequenos deboches e brincadeiras que passam despercebido pelos educadores, mas que afeta a vítima. Segundo Jefferson Garbúggio (PT), a Secretaria de Educação já desenvolve o trabalho de combate diariamente nas instituições e que a iniciativa do projeto vem para complementar.

O projeto foi aprovado com regime de urgência e dispensa de interstício para a segunda e terceira discussão. Segue agora para a sanção do Prefeito.